

RECURSOS FEDERAIS – Lei Complementar nº 197/2022 e Portaria GM/MS nº 96/2023



Portaria GM/MS nº 96/2023

Estabelece os parâmetros para a definição do auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022.

Saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018, nos termos da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022.

- Saldos financeiros nas contas abertas antes de 1º de janeiro de 2018: Painel do Fundo Nacional de Saúde

https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_Saldos/Portal_Saldos.html.

- Repasse dos recursos às entidades beneficiadas **independe de eventual existência de débitos ou da situação de adimplência em relação a tributos e contribuições**, excetuados os débitos referentes ao sistema de seguridade social de que trata o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Portaria GM/MS nº 96/2023

REGRAS DA PORTARIA

Divulga a lista das entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o SUS preliminarmente classificadas como candidatas ao recebimento do auxílio financeiro, com:

- Identificação da razão social e do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Valor máximo a ser recebido por cada entidade filantrópica.

O auxílio financeiro tem por **finalidade contribuir com a sustentabilidade econômico-financeira das instituições na manutenção dos atendimentos, sem solução de continuidade.**

Portaria GM/MS nº 96/2023

REGRAS DA PORTARIA

Os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal deverão dar **ampla publicidade**, em seus respectivos sítios eletrônicos, à razão social, aos números de CNES e à inscrição no CNPJ das entidades beneficiadas, bem como aos valores transferidos para cada uma.

As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos gestores dos estados, municípios ou Distrito Federal.

- A prestação de contas relativa à aplicação dos recursos recebidos pelas entidades deverá compor o Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo gestor dos estabelecimentos beneficiados.

Valor que MG irá repassar - Saldos Financeiros das Contas Bancárias Anteriores a 2018

O auxílio financeiro referente ao saldo nas contas remanescentes deverá ser **repassado às entidades em até 30 (trinta) dias**, contados da publicação desta Portaria.

Valor máximo a ser transferido para as entidades

R\$ 39.690.749,92

OBRIGADO!

